

E primeiro foi a greve. E com a greve o funcionalismo público do Estado de São Paulo rompeu com uma tradição obscurantista de acomodação, de passividade. Dessa luta que chegou, nos seus melhores momentos, a reunir quase quatrocentos mil funcionários, resultou um parco aumento de Cr\$2.000,00 para o conjunto do funcionalismo. Desse aumento nós, professores universitários, não participamos. E não diga que isso foi ocasional. O atual governador do Estado já deixou bem claro que devíamos ser punidos porque, na sua opinião, lideramos o movimento salarial.

Mas nesse momento não é disso que precisamos falar.

Nesse momento o importante para o movimento do funcionalismo público de São Paulo são as tentativas de quebrar nossa espinha que as autoridades tentaram iniciar com a punição aos nossos bravos companheiros do IAMSPE.

Como é do conhecimento público, logo após a greve o governo do estado insistiu para que o antigo superintendente do IAMSPE, Dr. Iunes, punisse de maneira exemplar os chamados cabeças da greve do Hospital dos Servidores. Diante da recusa deste, o Sr. Maluf trouxe do Piauí, um tenente-coronel médico, Francisco de Assis Freitas, para que realizasse a função repressiva e de quebra da liberdade reinante no hospital. Quando da posse do interventor, o conjunto de funcionários, médicos e residentes, o receberam condignamente, sob vaias, denunciando a demissão do antigo superintendente. Na sua apresentação o tenente-coronel chegou a advertir aos seus subordinados que "era um excelente atirador". Progressivamente, ele e seu diretor do Hospital dos Servidores, Erasmo Tolosa, foram criando um verdadeiro clima de terror no hospital: dobraram o número de elementos da "segurança", fecharam as portas do hospital e seguiram-se proibições e mais proibições. O diretor do HS desenvolvia um plano de residência médica paga e daí por diante.

As arbitrariedades culminaram na quinta-feira passada com o anúncio da demissão de 7 funcionários e médicos. O número foi pouco após ampliado para 12 e ao final da sexta-feira já parecia atingir a 15, estando previstos mais nomes a serem decepcionados.

Os funcionários da IAMSPE denunciaram através de nota a demissão dos seguintes companheiros: Zilá de Oliveira (escriturária), Célia Fernandes Vilarinho Peres e Yara Spadini Vicini (assistentes sociais), Vera Lúcia Barreto Belo, Agostinha Penhas Lima e Misuzu Yoshiyasu (nutricionistas) e Cláudio Panuti, Pedro Fava Neto, Helenita Matos Sipahi e Reginaldo Guedes Coelho Lopes (médicos).

Na sexta-feira funcionários e médicos do IAMSPE reuniram-se em Assembléia na AFIAMSPE para discutir os rumos do movimento de defesa dos companheiros atingidos e para denunciar a atitude arbitrária do interventor. Nessa Assembléia além das entidades médicas como Conselho Regional de Medicina, estavam presentes várias unidades de Saúde, além da ADUNICAMP, ADUNESP, CBA, Comissão de Justiça e Paz, ABI e outras entidades democráticas. Foi chamada uma assembléia geral da AFIAMSPE hoje (dia 16) às 12 horas para decidir o encaminhamento da luta. Por volta das 20 horas deverá ocorrer uma outra assembléia, na AMIAMSPE.

Após a assembléia de sexta-feira as entidades médicas, classistas e democráticas, além dos deputados estaduais emedebistas Irma Passoni, Fernando Morais e Marco Aurélio foram ao gabinete do Interventor no sentido de obter informações sobre as demissões. Depois de alguma espera o "poderoso chefe" recebeu apenas os deputados. Como a intenção da nossa presença ali era ouvir a palavra do chefe, apesar do protesto de todos, os deputados foram até a sala do interventor depois de relatar o que considera de grave situação do hospital (nada fundamental), informou que a demissão era "um ato administrativo seu", "que ele não era joguete do Maluf", "que as dispensas eram sem justa causa", etc. Os deputados fizeram ver a ele que tratava-se de mera perseguição política e ele cada vez que

o primeiro foi a greve. E com a greve o funcionamento do Hospital de São Paulo romperia com uma situação operacionista de economia, de passividade. Deixa para que chegue, nos seus melhores momentos, a renovação das quadras com funcionários, renovação em parte de cerca de 200.000 para o contrato de funcionamento. Deixa também os professores universitários, renovação dos quadros. E não diga que isso foi o ideal. O atual governador do Estado de São Paulo tem um plano que devida ser punido porque, na sua opinião, liberta o movimento salarial.

Nesse momento não é isso que precisamos fazer. Nesse momento o importante para o movimento de funcionários públicos de São Paulo são as tentativas de fazer novas negociações que as autoridades tentaram iniciar com a punição dos nossos companheiros do IAMSPE. Como é de conhecimento público, logo após a greve o governo do estado instalou para que o antigo superintendente do IAMSPE, Dr. Lemos, para de maneira exemplar se chamadas a cargo de greve do Hospital dos Serviços. Diante de recusa deste, o Sr. Major Trombe do IAMSPE, um tenente-coronel médico, propôs de fazer greves, para que realizasse a função representativa e de liberdade reinante no Hospital. Quando de posse do interventor, o contrato de funcionários, médicos e residentes, o receberam cordadamente, sob várias, bem quando a demissão do antigo superintendente. Na sua apresentação o tenente-coronel chegou a advertir aos seus subordinados que "era um excelente atirador". Portanto, vamente, ele e seu diretor do Hospital dos Serviços, Sr. Major Trombe, foram criando um verdadeiro clima de terror no Hospital: dobraram o número de elementos da "segurança", fecharam as portas do Hospital e seguiram-se proibições e mais proibições. O diretor de H.S. desenvolveu um plano de assistência médica paga e daí por diante. As arbitrariedades continuaram na quinta-feira passada com o anúncio da demissão de 7 funcionários e médicos. O número foi pouco após emitiu para 12 e ao final de sexta-feira já parecia atingir a 15, estando prevista para mais nomes e serem despedidos.

Os funcionários do IAMSPE denunciaram através de nota a demissão dos seguintes companheiros: Silva de Oliveira (secretário), Carlos Fernandes Vilhiano Lopes e Yara Spadini Viani (assistentes sociais), Vera Lucia Barreto Belo, Agostina Penha Lima e Miriam Yoshizawa (nutricionistas) e Cláudio Perini, Pedro Tava Neto, Helene Matos Spadini e Regina Guedes Coelho Lopes (médicos).

Na sexta-feira funcionários e médicos do IAMSPE reuniram-se em Assembléia no IAMSPE para discutir os rumos do movimento de defesa dos companheiros atingidos e para denunciar a atitude arbitrária do interventor. Nessa Assembléia foram eleitos como Conselho Regional de Medicina, as seguintes pessoas: Vitorino Mendes de Sá, além de DOMINGOS, ADUNIZ, GEL, GOMES são de Justiça e Paz, ABI e outras entidades democráticas. Foi enviada uma mensagem para o Conselho de Saúde, além de DOMINGOS, ADUNIZ, GEL, GOMES para que decidisse o encaminhamento da greve. Por volta das 20 horas houve o cortejo em frente à Assembléia, na Avenida. Após a Assembléia de sexta-feira as entidades médicas, civis e democráticas, além dos deputados estaduais embaixadas Lima Tasso e Fernando Moreira e Marco Aurélio foram ao Gabinete do Interventor no sentido de obter informações sobre as demissões. Depois de alguns dias o "rodar" chegou a receber algumas informações. Como o intuito de nossa presença ali era ouvir e não levar do chefe, apesar do protesto de todos, os deputados foram até a sala do interventor depois de relatar o que constava da greve através do Hospital (nota encaminhada), informou que a demissão era "um ato administrativo seu", que ele não era "chefe do Hospital", que as demissões eram sem justa causa, etc. Os deputados fizeram ver a ele que tratava-se de uma perseguição política e ele não viu que

ficava sem argumentos respondia que a "justiça decidirá". No final ele ficou de re pensar o problema e de dar uma resposta no dia seguinte aos deputados.

Por volta das 20 horas, ainda sexta-feira, reuniu-se a Coordenação Geral Permanente que fez um balanço da situação: além do refluxo em que se encontrava o movimento como um todo, existia o recesso da Assembléia Legislativa, o esvaziamento das universidades, cujos docentes em grande parte, encontram-se em Fortaleza na SBPC e cujos estudantes estavam em férias. O inimigo não tinha apenas a iniciativa das ações mas escolhera bem a ocasião para travar a batalha. Da análise dos acontecimentos ficou claro para todos que "tratava-se de uma cassação branca", "no momento em que os exilados estão retornando ao país e os professores voltando às Faculdades" e de que "este é o primeiro passo na escalada geral de repressão a todo o funcionalismo público em sua luta por um melhor atendimento à população, por um direito pleno de livre associação e pelas liberdades democráticas".

Diante de tudo isto a Coordenação Geral Permanente decidiu:

- a) realizar um ato público ao meio-dia de quarta-feira diante da Superintendência do IAMSPE onde, com a presença do máximo de entidades da Coordenação, de entidades democráticas, de representações sindicais, etc., se reafirmasse a condenação de toda a sociedade ao processo de arbitrariedades e de terror reinante no IAMSPE;
- b) que as entidades deveriam protocolar na Superintendência notas de protesto;
- c) que dever-se-ia fazer toda a divulgação possível destes acontecimentos alertando a todo funcionalismo público que, descuidar diante do ocorrido, não se preparar para perseguições semelhantes, significa estar despreparado para a campanha de terror contra todos que participaram do movimento salarial;
- d) apoiar a decisão das assembleias do IAMSPE;
- e) organizar o fundo de greve em benefício daqueles funcionários.

O Sindicato dos Médicos decidiu realizar com todas as associações médicas uma entrevista coletiva de denúncia dos acontecimentos, o que foi feito no sábado. No domingo o conselho Regional de Medicina do estado de São Paulo publicou nota a partir dos acontecimentos e após denunciar as arbitrariedades conclui perguntando: "a quem interessa nova provocação?".

Ainda no domingo os jornais publicaram o recuo do interventor. Ele decidira não demitir. E, obviamente, isto se deveu à pronta resposta dada pelo funcionalismo público através de suas entidades, da Coordenação Geral Permanente e das entidades democráticas como o CBA, Comissão de Justiça e Paz e da ativa participação dos deputados autenticos do MDB.

Diante do recuo do interventor não mais haverá o ato público e não mais será necessário aos funcionários e médicos do HS ir à greve.

A ADUNICAMP empresta toda a solidariedade aos bravos companheiros do IAMSPE na sua luta contra as formas opressivas existentes naquele hospital e que nada mais são do que a ação daqueles que querem fazer de São Paulo "um laboratório para testar até que ponto será possível impedir a conquista da democracia pelos trabalhadores", nada mais são do que a ação daqueles que só podem viver no maisterrível obscurantismo e na mais terrível das repressões.

Resistir a tudo isso é não apenas uma tarefa política como também uma questão de sobrevivência. Como dizem na sua denúncia os funcionários do IAMSPE: "Se não nos unirmos agora em defesa desses companheiros injustiçados, outras demissões ocorrerão e entre elas poderá estar voce".

ficava sem argumentos respondia que a "Justiça decidirá". No final ele ficou de pensar o problema e de dar uma resposta no dia seguinte aos deputados.

Por volta das 20 horas, ainda sexta-feira, reuniu-se a Coordenação Geral Parlamentar que fez um balanço da situação: além do reflexo em que se encontrava o movimento como um todo, existia o recuo da Assembleia Legislativa, o esvaziamento das universidades, cujos docentes em grande parte, encontravam-se em férias na USP e cujos estudantes estavam em férias. O inimigo não tinha a mesma iniciativa das ações mas acolheram com a ocasião para trazer a data. Da análise dos acontecimentos ficou claro para todos que "tratava-se de uma campanha preta", "no momento em que os exilados estão retornando ao país e os professores voltando às "cadeiras" e de que "esta é o primeiro passo na escalada para tal de repressão a todo o funcionalismo público em sua luta por um melhor entendimento com a população, por um direito pleno de livre associação e pelas liberdades democráticas".

Diante de tudo isto a Coordenação Geral Parlamentar decidiu:

a) realizar um ato público no meio-dia de quarta-feira diante da Superintendência de LAMSP, com a presença de máximo de entidades da Coordenação, de entidades democráticas, de representações sindicais, etc., as reivindicações a serem feitas de a sociedade no processo de arbitrariedades e de terror reinante no LAMSP;

b) que as entidades deveriam protocolar na Superintendência notas de protesto; e que dever-se-ia fazer toda a divulgação possível destes acontecimentos a todo o funcionalismo público que descrever diante do ocorrido, não se preparar para paralizações semelhantes, evitando estar despreparado para a campanha de terror contra todos que participarem do movimento sindical;

c) apoiar a decisão da Assembleia de LAMSP;

d) organizar o fundo de greve em benefício das entidades funcionárias.

O Sindicato dos Médicos decidiu realizar com todas as associações médicas uma entrevista coletiva de imprensa dos acontecimentos, o que foi feito no sábado. No domingo o Conselho Regional de Medicina do estado de São Paulo publicou nota a partir dos acontecimentos e após denunciar as arbitrariedades concluiu perguntando: "a quem interessa nova provocação?".

Além no domingo os jornais publicaram o texto do interventor. Ele decidiu não emitir, e, obviamente, isto se deveu a prontos respostas dadas pelo funcionalismo público através de suas entidades, da Coordenação Geral Parlamentar e das entidades democráticas como o GBA, Comissão de Justiça e Paz e de ativa participação dos deputados autênticos do MDB.

Diante do recuo do interventor não mais haverá o ato público e não mais será necessário aos funcionários e médicos do HS ir à greve.

A ADUNIONEM empresta toda a solidariedade aos privados comunitários de LAMSP na sua luta contra as formas opressivas existentes naquele hospital e que nada mais são do que a ação daqueles que querem fazer de São Paulo "um laboratório para testar até que ponto será possível impedir a conquista da democracia pelos trabalhadores", nada mais são do que a ação daqueles que só podem ver no materialismo ocidentalismo e na mais terrível das repressões.

Realizar a tudo isso é não apenas uma tarefa política como também uma questão de sobrevivência. Como dizem na sua denúncia os funcionários do LAMSP: "Se não nos unirmos agora em defesa dasse comunidade injustiçada, outras demissões ocorrerão e entre elas haverá a nossa".